



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA FRANCISCO AOS PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO SOBRE O DIREITO À ÁGUA, PROMOVIDO PELA PONTIFÍCIA ACADEMIAS DAS CIÊNCIAS

Sexta-feira, 24 de fevereiro de 2017 [\[Multimídia\]](#)

Boa tarde estimados irmãos e irmãs!

Saúdo todos vós aqui presentes e agradeço-vos a vossa participação neste encontro a propósito da problemática do direito humano à água e da exigência de políticas públicas que possam fazer face a esta realidade. É significativo que vos reunais para apresentar os vossos conhecimentos e os vossos meios, com a finalidade de dar uma resposta a tal necessidade, a esta problemática que o homem de hoje vive .

Como lemos no livro do Génesis, a água está no princípio de tudo (cf. *Gn* 1, 2); é «criatura útil, pura e humilde», fonte de vida e de fecundidade (cf. São Francisco de Assis, *Cântico das Criaturas*). Por este motivo, a questão que tratais não é marginal, mas fundamental e muito urgente. Fundamental porque onde há água há vida, e então a sociedade pode formar-se e progredir. E urgente porque a nossa casa comum tem necessidade de tutela e, além disso, que se compreenda que nem toda a água é vida: somente a água segura e de qualidade — prossequindo com a figura de São Francisco: a água «que serve com humildade», a água «pura», não poluída.

Todas as pessoas têm direito ao acesso à água potável e segura; trata-se de um *direito humano essencial* e uma das problemáticas cruciais do mundo contemporâneo (cf. Carta Encíclica *Laudato si'*, 30; Carta Encíclica *Caritas in veritate*, 27). É doloroso quando na legislação de um país, ou de um grupo de países, a água não é considerada um direito humano. É ainda mais doloroso quando se revoga aquilo estava escrito, negando este direito humano. É um problema que diz respeito a todos e leva a nossa casa comum a suportar tanta miséria e a reclamar soluções eficazes, verdadeiramente capazes de superar os egoísmos que impedem a prática deste direito vital para todos os seres humanos. É necessário atribuir à água a centralidade que

ela merece no âmbito das políticas públicas.

O nosso direito à água constitui também um dever para *com* a água. Do direito que a ela temos deriva inclusive uma obrigação que lhe está vinculada e dela não se pode separar. É imprescindível anunciar este direito humano essencial e defendê-lo — como atualmente se está a fazer — mas também agir de modo concreto, assegurando um compromisso político e jurídico a favor da água. Neste sentido, cada Estado é chamado a concretizar, inclusive mediante instrumentos jurídicos, quanto foi indicado pelas Resoluções aprovadas pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 2010, acerca do direito humano à água potável e à higiene. Por outro lado, todos os protagonistas não estatais devem assumir as responsabilidades que lhes são próprias em relação a tal direito.

O direito à água é *determinante* para a sobrevivência das pessoas (cf. *Ibidem*, n. 30) e decide o futuro da humanidade. É prioritário também *educar* as próximas gerações a propósito da gravidade desta realidade. A formação da consciência constitui uma tarefa difícil; exige convicção e dedicação. Questiono-me então se, no meio desta «terceira guerra mundial em pedaços», que hoje estamos a viver, não caminhamos porventura rumo à grande guerra mundial pela água.

Os números que a Organização das Nações Unidas revelam são impressionantes e não nos podem deixar indiferentes: mil crianças morrem cada dia por causa de doenças ligadas à água; milhões de pessoas bebem água poluída. Trata-se de dados muito graves; é preciso impedir e inverter esta situação. Ainda não é tarde, mas é urgente que nos tornemos conscientes da necessidade da água e do seu valor essencial para o bem da humanidade.

O respeito pela água constitui a *condição* para o exercício dos outros direitos humanos (cf. *Ibidem*, n. 30). Se respeitarmos este direito como fundamental, lançaremos as bases para proteger os demais direitos. Mas se violarmos este direito essencial, como poderemos velar sobre os outros e lutar por eles? Neste compromisso de conferir à água o lugar que lhe corresponde, é necessária uma *cultura do cuidado* (cf. *Ibidem*, n. 231) — parece algo poético mas, claramente, a criação é uma «*poiesis*», aquela cultura do cuidado que é criativa — e, além disso, promover uma *cultura do encontro*, no qual se unam a favor de uma causa comum todas as forças necessárias de cientistas e empresários, de governantes e políticos. É preciso unir todas as nossas vozes a favor de uma única causa; já não serão vozes individuais nem isoladas, mas o clamor do irmão que reclama através de nós, o grito da terra que exige o respeito e a partilha responsável de um bem, que pertence a todos. Nesta cultura do encontro, é imprescindível a ação de cada Estado, como garante do acesso universal à água segura e de qualidade.

Deus Criador não nos abandona neste trabalho para proporcionar a todos e a cada um o acesso à água potável e segura. No entanto, o trabalho é nosso, a responsabilidade é nossa! Faço votos para que este seminário constitua uma ocasião propícia a fim de que as vossas convicções sejam fortalecidas e de que o encerreis com a certeza de que o vosso trabalho é necessário e prioritário

para que também outras pessoas possam viver. Trata-se de um ideal pelo qual vale a pena lutar e trabalhar! Com o nosso «pouco», contribuiremos para fazer com que a nossa casa comum se torne mais habitável, mais solidária e mais esmerada, onde ninguém seja descartado nem excluído, mas onde todos beneficiemos dos bens necessários para viver e para crescer em dignidade. E não nos esqueçamos dos dados, dos números apresentados pela Organização das Nações Unidas. Não nos esqueçamos de que cada dia mil crianças, cada dia, morrem por causa de doenças ligadas à água.

Obrigado!